

Demonstrações Financeiras

Pampa Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas,

A Administração da Companhia, **Pampa Transmissão de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2020 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

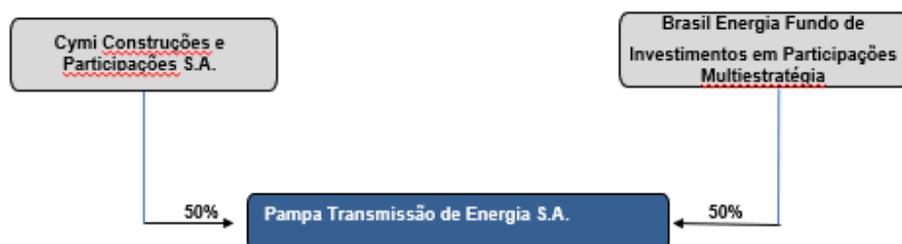
1.1 Histórico

A **Pampa Transmissão de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de novembro de 2018 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (50%), Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2 Práticas e Regulamentações

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico

O ano de 2020 foi um ano de grandes desafios para economia global advindos de efeitos da Covid-19, na qual foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que se tratava de uma pandemia. De forma geral as medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global. Contudo, apesar das adversidades trazidas pela crise, a Companhia, enquadrada por portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020 como atividade essencial, foi capaz de manter suas atividades em pleno funcionamento com toda segurança requerida pelas medidas, assim reforçando o compromisso com seus planejamentos de entregas e crescimento contínuo, bem como cumprimento de seus planos estruturais, orçamento e disciplina financeira.

Com a pandemia, o cenário global sofreu mudanças drásticas. Em meados de 2020, o mercado já projetava uma recessão na economia brasileira entre 7,5% e 8,0% para 2020, contudo, ao final do ano a expectativa do Focus do Banco Central já era de retração de 4,4%. Na parte cambial, o dólar fechou 2020 em alta acumulada de 29,3% em relação a 2019, cotado a R\$5,189, sendo o real uma das moedas que mais desvalorizou nesse período.

No tocante à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou o ano 2020 em 4,52% (4,31% em 2019). Com relação ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) bateu a marca dos 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em um patamar bem mais alto do que os 7,54% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2% a.a. (4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, e registrou o menor patamar histórico.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de geração e consumo de energia elétrica de 1,5% em relação ao ano de 2019, entretanto, segundo especialistas da CCEE foi considerado um dado animador tendo em vista que a expectativa era de 5% a 6% abaixo de 2019. Destaca-se que o consumo de energia segue dando sinais de recuperação.

Vale também destacar que as autoridades governamentais brasileiras implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais impostos pela atual pandemia com destaque para: PIS e Confins e INSS-Contribuição Patronal - os valores devidos das competências de março a maio de 2020 foram diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; FGTS - o recolhimento das competências de março a maio foi diferido em seis parcelas iguais a pagar de julho a dezembro de 2020; Sistema S - redução de 50% da alíquota para as competências de abril a junho de 2020; e IOF Crédito – redução de 3% para zero nas operações realizadas entre abril e novembro e 2ª quinzena de dezembro de 2020.

3 Ambiente Regulatório

No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de geração e consumo de energia elétrica de 1,5% em relação ao ano de 2019, entretanto, segundo especialistas da CCEE foi considerado um dado animador tendo em vista que a expectativa era de 5% a 6% abaixo de 2019. Destaca-se que o consumo de energia segue dando sinais de recuperação.

4 Desempenho Operacional

A Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Companhia é composta pelos ativos abaixo:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km;
- Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km;
- Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65km;
- Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA); e
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio;

5 Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

6 Governança corporativa

A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2020 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses.

7 Responsabilidade ambiental e social

A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. E, ressaltamos que após declaração, em 11 de março de 2020, da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o coronavírus (COVID-19) foi considerado uma pandemia, a Administração vem adotando todas as medidas preventivas legais para a proteção, segurança e saúde de todos seus colaboradores e *stakeholders* em linha com as ações preventivas difundidas globalmente.

8 Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

9 Agradecimentos

Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Pampa Transmissão de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pampa Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pampa Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2020 os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink that reads 'Ricardo Gomes Leite'.

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	180.166	15
Impostos a recuperar		125	-
Prêmio de seguro		172	172
Adiantamentos diversos		25	-
Total do ativo circulante		180.488	187
Não circulante			
Prêmio de seguro		358	529
IRPJ e CSLL diferidos	9	-	51
Ativo de contrato	5	151.591	662
Total do ativo não circulante		151.949	1.242
Total do ativo		332.437	1.429
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	6	3.296	260
Empréstimos e financiamentos	8	253.303	-
Impostos a recolher		196	29
Partes relacionadas	7	27.176	-
Instrumentos derivativos		528	-
Total do passivo circulante		284.499	289
Não circulante			
IRPJ e CSLL diferidos	9	10.852	-
Pis e Cofins diferidos	9	14.011	61
Outras obrigações		105	-
Total do passivo não circulante		24.968	61
Patrimônio líquido			
Capital social	10	1.486	1.177
Reserva de lucros	10	21.484	(98)
Total do patrimônio líquido		22.970	1.079
Total do passivo e patrimônio líquido		332.437	1.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	11	136.979	601
Custo de construção	12	(101.086)	(460)
Resultado bruto		35.893	141
Despesas operacionais			
Pessoal		(144)	-
Material		(1)	-
Serviços de terceiros		(456)	(147)
Aluguéis		(25)	-
Outras despesas		(73)	(142)
		(699)	(289)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		35.193	(148)
Resultado Financeiro	13		
Receitas financeiras		1.897	-
Despesas financeiras		(4.605)	-
		(2.708)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		32.485	(148)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	(10.903)	50
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		21.582	(98)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	21.582	(98)
Total de resultados abrangentes	<u>21.582</u>	<u>(98)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Reserva de lucros</u>					Total
	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Lucros/Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1	(1)	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 29 de março de 2019	229	1	-	-	-	230
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2019	578	-	-	-	-	578
Aumento de capital conforme AGE de 30 de setembro de 2019	229	-	-	-	-	229
Aumento de capital conforme AGE de 27 de dezembro de 2019	140	-	-	-	-	140
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(98)	(98)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10	1.177	-	-	(98)	1.079
Aumento de capital conforme AGE de 05 de março de 2020	309	-	-	-	-	309
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.582	21.582
Reserva legal	-	-	297	-	(297)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	21.187	(21.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10	1.486	297	21.187	-	22.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2020	2019
Atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	21.582	(98)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:		
Receita de construção - Ativo de contrato	(144.238)	(656)
Remuneração do ativo de contrato	(6.646)	(6)
Impostos diferidos	24.853	10
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	3.303	-
Provisões	1.924	-
Lucro ajustado	(99.267)	(750)
Variações nos ativos e passivos:		
Partes relacionadas	27.176	-
Instrumentos derivativos	528	-
Adiantamentos diversos	(25)	-
Tributos a recuperar	(125)	-
Prêmio de seguro	171	(701)
Fornecedores	1.217	260
Tributos e contribuições sociais a recolher	167	29
	29.109	(412)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(70.158)	(1.162)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	309	1.177
Empréstimos e financiamentos obtidos	250.000	-
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	250.309	1.177
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	180.151	15
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	180.166	15
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	180.151	15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Pampa”), antiga Sterlite Brasil Projetos de Transmissão de Energia S.A., foi constituída em 22 de novembro de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 12 de fevereiro de 2019 houve alteração na denominação da Companhia de Sterlite Brasil Projetos de Transmissão de Energia S.A. para Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Pampa”).

Em 10 de março de 2020 a Companhia foi adquirida pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sendo estes os atuais controladores da Pampa Transmissora de Energia S.A. conforme demonstrado em sua nota explicativa 10 de Mutação do Patrimônio Líquido. A Companhia está atualmente estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia encontra-se em fase de construção e tem previsão de entrada em operação em 22 de março de 2023.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras a Administração não observou impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Objeto social--Continuação

E de acordo com a portaria 6.307 de 24 de março de 2020 do diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020, os serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural, são considerados atividades essenciais.

1.2. Concessão

Em 20 de dezembro de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 04/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 13/2019 foi assinado em 22 de março de 2019, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após a entrada em operação comercial. E em 10 março de 2020 a Companhia foi adquirida pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sendo estes os atuais controladores da Pampa Transmissora de Energia S.A.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Rio Grande do Sul:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km;
- (ii) Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km;
- (iii) Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65km
- (iv) Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA);
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$74.721.784, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 24 de Março de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 15 de Instrumentos Financeiros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 5, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o critério de apuração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 5.

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros--Continuação*

i) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros--Continuação*

ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros*

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros--Continuação*

iii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas--Continuação

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

2.7. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.7. Impairment de ativos não financeiros--Continuação

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos.

2.8. Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Ativo de contrato--Continuação

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47/IFRS15 e do CPC48/IFRS9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto.

A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Ativo de contrato--Continuação

I. A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação.

II. Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

2.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.11. Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.12. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação--Continuação

2.13. Encargos setoriais

- a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

- b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

- c) Ministério de Minas e Energia (MME)

Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

2.14. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros.

3. Novas normas e interpretações

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3.1.1. Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) O que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

3.2. Reapresentação

Após reavaliação e objetivando corrigir a classificação do efeito da Remuneração do Ativo de Contrato, da Receita de Operação e Manutenção do Ativo de Contrato e da Receita de Construção do Ativo de Contrato sobre o lucro ajustado na demonstração de fluxo de caixa, anteriormente apresentadas líquidas nas variações de ativos e passivos, a Companhia está reapresentando a demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, alinhada com a aplicação do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

Ressalta-se que a reclassificação não impacta o montante total do fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.2. Reapresentação--Continuação

	31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	(98)		(98)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Remuneração do ativo de contrato		(6)	(6)
Receita de construção - Ativo de contrato		(656)	(656)
Impostos diferidos	10		10
Lucro ajustado	(88)	(662)	(750)
Variações nos ativos e passivos:			
Ativo de Contrato	(662)	662	-
Prêmio de seguro	(701)		(701)
Fornecedores	260		260
Obrigações fiscais	29		29
	(1.074)	662	(412)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.162)	-	(1.162)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital	1.177		1.177
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	1.177	-	1.177
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	15	-	15
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	15		15
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	-		-
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	15	-	15

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	130	15
Aplicações financeiras (a)	180.036	-
	180.166	15

- (a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 100,1% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Banco Santander	CDB	100,1% CDI	19.048	-
Banco Santander	CDB	100,2% CDI	78.340	-
Banco Itau	CDB	101,3% CDI	7.150	-
Banco Itau	Aplic Aut	2,0% CDI	52	-
Banco Alfa	CDB	103% CDI	75.446	-
			<u>180.036</u>	<u>-</u>

5. Ativo de contrato

2019	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de Contrato	Recebimentos	2020
662	144.283	6.646	-	151.591
2018	Receita de Construção	Remuneração do Ativo de Contrato	Recebimentos	2019
-	656	6	-	662
			2020	2019
Circulante			-	-
Não Circulante			151.591	662
			<u>151.591</u>	<u>662</u>

6. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e Serviços	1.372	260
Provisões (i)	1.924	-
	<u>3.296</u>	<u>260</u>

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

- (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de serviços de construções e montagem e compra de disjuntores, transformadores e seccionadores, adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	O&M	G&A
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-
Cymi Construções e Participações (i)	-	25.463	-	-
Cymi do Brasil (i)	-	1.713	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	27.176	-	-

(i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações (atual denominação social da Cymimasa) e Cmi do Brasil.

8. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Banco Itau	BRL	28/07/2021	100.755	-
Banco Alfa	BRL	02/07/2021	75.623	-
Banco Societe Generali	BRL	26/04/2021	76.925	-
Total de empréstimos e financiamentos			253.303	-
Circulante			253.303	-
Não Circulante			-	-

b) Movimentação em 2020

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Adições	Juros	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo em 31/12/2020
Itau	-	100.000	755	-	-	100.755
Alfa	-	75.000	623	-	-	75.623
Societe Generali	-	75.000	1.925	-	-	76.925
Total	-	250.000	3.303	-	-	253.303

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Movimentação em 2020--Continuação

Banco Itau

Em 01 de outubro de 2020, a Companhia celebrou com o Banco Itaú um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 100.000, com data de vencimento em 28 de julho de 2021.

Banco Alfa

Em 03 de julho de 2020, a Companhia celebrou com o Banco Alfa um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 75.000, com data de vencimento em 02 de julho de 2021.

Banco Societe Generali

Em 30 de abril de 2020 a Companhia celebrou junto ao Banco Societe Generali um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 75.000, com data de vencimento em 26 de abril de 2021.

9. Impostos diferidos

Natureza dos créditos	Base de Cálculo	Ativo		
		31/12/2020		
		Impostos Diferidos	Alíquotas	Total
IRPJ diferido (i)	105.061	26.265	25%	26.265
CSLL diferida (i)	105.061	9.456	9%	9.456
Total Ativo Diferido		35.721		35.721

- (i) Refere-se ao ativo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia, vide sua natureza de contrato de concessão e garantia de RAP, possui expectativa de lucratividade futura para realização de seus ativos fiscais diferidos.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Impostos diferidos--Continuação

Natureza dos créditos	Base de Cálculo	Passivo		
		31/12/2020		
		Impostos Diferidos	Alíquotas	Total
PIS diferido (i)	151.472	2.499	1,65%	2.499
COFINS diferida (i)	151.472	11.512	7,60%	11.512
IRPJ diferido (ii)	136.978	34.245	25%	34.245
CSLL diferida (ii)	136.978	12.328	9%	12.328
Tota Passivo Diferido		60.584		60.584
Tributo IRPJ/CSLL Diferido Líquido		24.863		

- (i) Refere-se a receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e manutenção prestados, adicionada dos impostos recuperáveis (PIS e COFINS).
- (ii) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1)

	<u>2019</u>
Imposto de renda diferido	37.147
Contribuição social diferida	13.374
Total dos impostos diferidos ativo	50.521
PIS diferido (i)	10.931
COFINS diferida (i)	50.348
Total dos impostos diferidos passivo	61.279

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido.

- (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de março de 2019 houve aumento de capital em R\$229.000, mediante a emissão de 229.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, e integralização R\$ 1.000, divididas em 1.000 ações emitidas quando da constituição da Companhia.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 30 de junho de 2019 houve aumento de capital em R\$578.000, mediante a emissão de 578.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 30 de setembro de 2019 houve aumento de capital em R\$229.000, mediante a emissão de 229.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data

Em 27 de dezembro de 2019 houve aumento de capital em R\$140.000, mediante a emissão de 140.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

O capital social final subscrito e integralizado da Companhia em 2019 era de R\$1.177.000, dividido em 1.177.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Em 10 de março de 2020, se efetivou a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações da Sterlite Brazil Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (fundo de investimento em participações Multiestratégia devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)) e Cymi Construções e Participações S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

Durante o exercício de 2020 mediante aprovação da respectiva AGE ocorreu um aumento de capital totalizando R\$ 309.000,00 divididos em 1.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada. O respectivo aporte de capital foi proporcional a participação de cada quotista, sendo 50% referente à Cymi Construções e Participações S.A., 50% referente ao Brasil Energia Fundo de investimentos em participações Multiestratégia.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária		31/12/2020	
Quotistas	Qntd Ações	%	Valor (Em reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	743.000	50,00%	743.000
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	743.000	50,00%	743.000
Total	1.486.000		1.486.000

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de Lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Receita

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta	150.928	662
(-) PIS e COFINS	(13.950)	(61)
Receita líquida	<u>136.978</u>	<u>601</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de construção - Ativo de contrato	144.283	656
Remuneração do ativo de contrato	6.645	6
	<u>150.928</u>	<u>662</u>

12. Custo de construção

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(193)	-
Material	(46.442)	-
Serviços de terceiros	(53.683)	(389)
Resultado Financeiro	(614)	-
Outros	(154)	(71)
	<u>(101.086)</u>	<u>(460)</u>

13. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras	1.897	-
Receita de aplicações financeiras	1.897	-
Despesas financeiras	(4.605)	-
Juros de empréstimos e financiamentos	(4.605)	-
Resultado financeiro líquido	<u>(2.708)</u>	<u>-</u>

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Imposto de renda e contribuição social

As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de encontram-se resumidas a seguir

Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2020	Alíquota	Constituição
IRPJ diferido (i)	32.066	25%	8.017
CSLL diferida (i)	32.066	9%	2.886
Total	-	-	10.903

Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2019	Alíquota	Constituição
IRPJ diferido (i)	148	25%	37
CSLL diferida (i)	148	9%	13
Total	-	-	50

(i) Refere-se ao Passivo fiscal diferido sobre os rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1). Para mais detalhes de base e alíquotas veja nota explicativa 10.

15. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a.1) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	180.166	15
Contas a receber - ativo de contrato (Nota 5)	151.591	662
	<u>331.757</u>	<u>677</u>

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Contas a receber - Ativo Contratual - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

a.1) *Riscos de crédito*--Continuação

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

a.2) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<u>Instrumentos financeiros por indexador</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações financeiras		
CDI	180.036	-

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

a.2) *Risco de mercado*--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

- Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.
- Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos					
Financeiros					
Aplicações financeiras	180.036	Queda da taxa CDI	4.591	3.443	2.295
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI %			2,55%	1,91%	1,28%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 2,55% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos					
Financeiros					
Banco Itau	100.755	Aumento da Taxa CDI	2.569	3.212	3.854
Banco Alfa	75.623	Aumento da Taxa CDI	1.928	2.410	2.893
Banco Societe Generalli	76.924	Aumento da Taxa CDI	1.962	2.452	2.942

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

a.2) *Risco de mercado*--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

Referência para passivos financeiros	Cenário provável	25%	50%
CDI %	2,55%	3,19%	3,83%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 2,55% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

- Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

a.3) *Riscos operacionais*

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

a.3) *Riscos operacionais*--Continuação

- Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>Categoria</u>
Ativos financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Contas a receber - Ativo de Contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

Classificações contábeis e valores justos--Continuação

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018. A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31/12/2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 4)	180.166	-	-	180.166
Contas a receber ativo contratual (Nota 5)	-	-	151.591	151.591
Total	180.166	-	151.591	331.757

Descritivo	31/12/2019			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 4)	15	-	-	15
Contas a receber ativo contratual (Nota 5)	-	-	662	662
Total	15	-	662	677

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Hierarquia do valor justo--Continuação

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

16. Compromissos Assumidos

- Contrato de EPC – Em 2020 a Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymi Construções e Participações S.A, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2020 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 801.119 conforme quadro abaixo:

	Até		Projetado para	Total
	31/12/2019	Até 2020	2021	
Contrato EPC	-	99.767	701.352	801.119

17. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2020 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco de Engenharia	15/07/2020 a 01/07/2022	637.056	280
Risco de Responsabilidade Civil	01/03/2019 a 17/12/2023	38.841	839
Risco de Responsabilidade Civil	15/07/2020 a 01/07/2022	637.056	32

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Contingências

A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda. E processos judiciais com prognósticos de perda possível imateriais.

19. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes favoráveis ou desfavoráveis após a data do balanço e antes da divulgação das demonstrações contábeis.